

# A sombra da escravidão, no coração da liberdade moderna

Yann Moulier Boutang

*Economista. Editor da Revista Multitudes.*



---

Texto inicialmente publicado em Philippe Lemoine (org.) *Repenser la liberté, En hommage à Eric Bachechath*, Paris, Descartes & Cie, pp. 43-56), 2022

Segundo a tradição inaugurada na Europa pela "luta do senhor e do escravo" de Hegel, a liberdade daquele que deve obedecer é conquistada *no e através* do trabalho. [Tal tradição], de fato, perdeu sua boa reputação desde que os nazistas colocaram o lema "o trabalho liberta" na entrada dos campos de concentração e extermínio e a face radiante do socialismo realmente existente na Rússia soviética também assumiu o aspecto sinistro de Kolyma (os campos de trabalho forçado).

Em vez de buscar a liberdade no caldeirão do trabalho, voltamos a outra tradição, a do *bem viver* que abre a porta para à libertação, ou na existência como tal, como projeto puro, isento de toda determinação. Contudo, não podemos excluir que o lapsus de tradução que transformou a luta entre senhor e servo (os famosos "minhas promessas, minhas promessas" tragicômicos de Sganarelle após a deglutição de Don Juan<sup>1</sup>) na dialética de "senhor e escravo", que se tornou a própria figura do caminho para a liberdade - real para os hegelianos, ilusória para Marx - não nos diga bem mais sobre trabalho e liberdade com sua referência à escravidão.

### **O trabalho assalariado, um trabalho « livre »?**

Apenas alguns anos após a abolição da escravatura em 1836 na Jamaica, os escravos libertos reclamaram que para sua alforria definitiva, pelo menos no papel, tinham perdido comida, moradia para suas famílias e cuidados em caso de doença. Em vários séculos de escravidão, à custa de muito sangue, lágrimas e suor, os escravos negros (*bossales*) sequestrados da África pelo tráfico de escravos, e depois seus descendentes nascidos no local (*créoles*)<sup>2</sup>, conquistaram espaços de vida, até um dia de trabalho de 12 horas (em particular no *Code Noir* promulgado por Colbert)<sup>3</sup>. Eles recriaram uma cultura, transformaram a religião de seus mestres e restabeleceram seus deuses Xanga e Orisha sob o disfarce de santos (o culto ao vudu). Havia também alforriados mestiços que muitas vezes se tornaram líderes da independência (mas também proprietários de escravos).

Com uma canetada, a nova situação de abolição (da escravidão) e a afirmação do trabalho "livre" acabaram com a maior parte dos espaços de liberdades que haviam sido conquistados. Os colonos e fazendeiros logo perceberam as vantagens que significava para

<sup>1</sup> Referência ao *Don Juan* de Molière.

<sup>2</sup> Sobre a diferença entre « bossales » (boçais) e « créoles », ver Carlos A. Célius, « Créolité et bossalité en Haïti selon Gérard Barthélemy », *L'Homme*, EHESS, 207-208 | 2013 : Un miracle créole?, p. 313-331, disponível em <https://journals.openedition.org/lhomme/24697>

<sup>3</sup> *Codes Noirs : de l'esclavage aux abolitions*, organizado por André Castaldo, Dalloz, Paris, 2006

eles do trabalho assalariado livre. É claro que o trabalho tinha que ser pago, mas como ensina o marxismo que Marx e Engels estavam inventando quase simultaneamente na Europa, o salário cobre os custos de reprodução da força de trabalho. Acabou, é verdade, o controle que a "senzala" permitia e com ela a promiscuidade muitas vezes incestuosa dos escravos, mas encerrou também o fardo financeiro que todo esse sistema de vida constituía para o senhor. O trabalho livre significava o fim da obrigação para o senhor de abrigar, alimentar e cuidar de seus escravos (que tinham custado muito caro na hora da compra ou que era preciso reproduzir com suas famílias, mesmo que a revenda ou o *direito do senhor sobre as escravas* desmantelassem continuamente o que poderia se tornar uma fonte de resistência). O trabalho livre era, em última análise, mais econômico. Para estabelecer-se, um mercado de trabalho local precisava que houvesse pobres disponíveis a se vender literalmente por um pedaço de pão e para isso que se bloqueasse seu assentamento em conta própria em terras férteis. Isso foi feito particularmente pela instalação de colonos imigrantes europeus. Os proprietários das plantações pensaram que dessa maneira teriam um suprimento ilimitado de mão-de-obra à sua disposição.

Mas isso não funcionou muito bem. Uma vez livres, os escravos proletarizados voltaram a fugir, como haviam feito durante seu tempo de servidão, mas desta vez sem os perigos da fuga. Tanto que, juntamente com o trabalho assalariado "livre" de baixa remuneração e forte mobilidade, o trabalho dos operários recrutados na África ou na Índia (*coolies*) se tornou a forma mais difundida de trabalho livre. Livre? Não inteiramente, já que o trabalhador recrutado era obrigado a permanecer a serviço de seu empregador por um período entre três e cinco anos sem poder quebrar unilateralmente seu contrato (sendo a penalidade um retorno ao seu país de origem) e que parte de sua remuneração poderia ser retida como penhor até o final do contrato.

O panorama das formas de trabalho dependente no século XIX, e mesmo no século XX, é bastante angustiante: a persistência da servidão até 1865 (Rússia), da escravidão até 1848 (França), 1865 (Estados Unidos), 1888 (Brasil), 1907 (Zanzibar) e Mauritânia (1962); o trabalho sob contrato (*coolies* e o atual sistema de migrações internacionais). O trabalho "livre" de fato é dependente de muitas maneiras.

Assim, a história interna do trabalho assalariado é uma dupla história de libertação: primeiro, a libertação das formas de trabalho não livres (escravidão antiga, servidão medieval, escravidão colonial moderna, segunda servidão); e, assim que este capítulo foi encerrado, outra luta de libertação começa novamente, desta vez dentro do trabalho assalariado livre. Uma prova disso é a lenta transformação do contrato comercial

de contratação (temporária) de serviços em contrato de trabalho por tempo indeterminado (com a proibição da "barganha" do trabalho, dos benefícios em natura destinados a fixar o trabalhador, de todas as formas de paternalismo e, por último mas não menos importante, a interdição da compra de trabalho por um período de tempo pré-determinado e, sobretudo, o reconhecimento do direito do empregado de rescindir unilateralmente o contrato sem sanções penais ou pecuniárias, estas duas últimas características separam nitidamente o Código Comercial do Código do Trabalho).

O marco legal do contrato de trabalho assalariado começou a regular a duração da jornada de trabalho, depois os benefícios sociais, em suma, o que era chamado de salário social. Entre 1820 e 1960, à medida que o emprego assalariado se tornava mais difuso, incluindo mais de 90% da população ativa, pode-se dizer que a dependência do trabalho assalariado (pois havia uma parte de servidão envolvida no fato de trabalhar para outra pessoa, ou seja, para o empregador) foi compensada por toda uma série de restrições ao direito do empregador de usar sua superioridade no mercado de trabalho.

Na véspera da crise energética (1973-1980), após um êxodo rural que reduziu os camponeses autônomos a menos de 5% da população ativa, a "liberdade" do trabalho assalariado parecia assim ter atingido um ponto irretornável e as margens que ele havia conquistado para si mesmo, em suma, as conquistas do Movimento Trabalhista pareciam "adquiridas para sempre".

Mas, como a tapeçaria de Penelope<sup>4</sup>, a marcha pela liberdade dos trabalhadores assalariados deve continuamente voltar a ser tecida. Em primeiro lugar, por causa da crise econômica e da globalização, que colocaram os sindicatos na defensiva. Em segundo lugar, por causa de um amplo movimento de *dessalarização* formal. Nos últimos 50 anos, o emprego assalariado no sentido pleno do termo (população com um contrato permanente) diminuiu, depois estagnou em 88% na França, 2020. Os dois primeiros fatores promovem, em escala nacional, um aumento muito rápido das "formas atípicas de emprego", tais como contratos de duração determinada, trabalho em tempo parcial, trabalhadores substitutos, estagiários e intermitentes do espetáculo. Não existe mais um exército de reserva no sentido tradicional da palavra, mas sim uma gama de estatutos inferiorizados cuja panóplia não para de crescer e constitui um dos segredos da famosa flexibilidade. Inicialmente, estas formas atípicas de emprego pareciam ser poucas em número (10% a 15% do emprego total). Entretanto, elas rapidamente deixaram sua marca

---

<sup>4</sup> Referência ao mito grego de Penélope, esposa de Ulisses.



e, a partir dos anos 90, representaram mais da metade dos empregos oferecidos aos novos ingressantes no mercado de trabalho.

Um segundo fator no enfraquecimento da norma salarial plena se junta ao novo marco – que já tinha sido observado durante a grande depressão dos anos 1930 – trata-se da fuga dos empregados ameaçados pelo desemprego para o trabalho por conta própria com o status de trabalhadores autônomos. O status de auto empreendedor, depois de microempreendedor criado em 2009, institucionalizou esta tendência<sup>5</sup>. No final de 2018, havia 1,36 milhões de microempresários na França, ou seja, 42% dos autônomos, em comparação com 26% em 2011. A isenção de impostos até um teto significativo (entre 72.000 e 176.000 euros de faturamento por ano, dependendo do tipo de atividade, e a obrigação do IVA abaixo de um teto entre 34.000 e 86.000 euros) torna este status atraente, especialmente porque pode ser combinado com um contrato de duração indeterminada: 33% dos microempresários são ao mesmo tempo trabalhadores assalariados. Isto representa 5% da população ativa e mais de 40% dos trabalhadores autônomos. A cobertura da previdência social (incluindo seguro saúde e pensões), que era claramente inadequada no início, acabará se aproximando da dos trabalhadores assalariados. Mas este é também o resultado de dois séculos de evolução onde a liberdade das profissões "liberais" foi paga ao alto preço de aposentadorias muito baixas.

Até porque esse status de microempresário serve tanto como complemento de renda para aposentados e empregados assalariados, quanto como antecâmara ou páraqedas para o status de freelancer. Além disso, é sensível a depressões econômicas: assim, a crise do Covid 19 corre o risco de inflar ainda mais sua força de trabalho.

### **Plataformas digitais, senhores invisíveis?**

Finalmente, e este é um elemento novo desde o início deste século, as formas de atividade física ou intelectual ligadas às plataformas digitais de serviços como Uber Taxi, Uber Eats, Deliveroo, AirBnB, que surgiram entre 2009 e 2013, ilustram a tarefa de Sísifo da libertação do trabalho. As plataformas digitais pareciam oferecer (e continuam a contar com esta 'vantagem'), a liberdade de não depender diretamente de um patrão. O mercado parece então oferecer o espaço para esta marcha em direção à liberdade à qual o movimento operário já era tão sensível. Desde o início, o proletário viu na emergência do

---

<sup>5</sup> O autor se refere à França. Com diferenças de datas e detalhes, esses marcos legais foram adotados em quase todos os países, tanto no Norte como no Sul.

trabalho assalariado, a libertação do trabalho a serviço do Antigo Regime, mesmo que isso significasse, um século depois, escrever a sua abolição em letra de ouro nos estatutos da CGT<sup>6</sup>, em 1906, porque o trabalho livre havia se tornado, nesse meio tempo, o equivalente à servidão moderna. Sob o Antigo Regime, o trabalho "livre" era o trabalho fora das guildas dos camareiros (*chambellans*), os membros das guildas que não haviam conseguido se tornar mestres e que empregavam mão-de-obra de forma clandestina. Estas foram as mesmas pessoas que forneceram grande parte do *putting out system* (subcontratação têxtil para os comerciantes de seda de Lyon). E quando os sindicatos, seguindo tardiamente os sociais-democratas alemães (Congresso de Baden Godesberg em 1959), desistiram da abolição do trabalho assalariado, este último voltou a ser uma questão de liberdade diante do feudalismo dos GAFAMs<sup>7</sup> e outros Unicórnios.

Há mais de uma década, aqueles que trabalham "em plataformas" têm sido tratados como colaboradores autônomos e não como empregados subordinados. Desta forma, estas plataformas estão livres de todas as obrigações de um empregador. Encaixada como uma pequena boneca russa em uma maior, esta evasão do código do trabalho replica outra em que se baseia a alta rentabilidade das GAFAMs: o não reconhecimento como trabalho e contribuição produtiva da atividade dos clickers em sites de busca ou serviços "gratuitos". Tudo indica que após os anos suculentos das chamadas plataformas "colaborativas" de trabalho com estatuto de autônomo, o trabalho "uberizado" retornará ao marco legal do trabalho assalariado: as decisões judiciais estão se multiplicando. A Uber em particular (que é o líder simbólico desta forma de exploração sutil do desejo de liberdade) acaba de ser condenada na Inglaterra a reconhecer o status de empregados subordinados para seus motoristas e a reclassificar sua atividade com um contrato de trabalho. Marx teria falado do fim do período de mais-valia absoluta e de uma mudança para mais-valia relativa.

A liberdade dos navegadores nos sites da Internet é um truque mais sutil do que a liberdade da "raposa no galinheiro", tão frequentemente invocada pelos críticos do neoliberalismo. Ela escamoteia a atividade cada vez mais social, coletiva e polinizadora das multidões em rede digital, ao mesmo tempo em que está plenamente consciente de seu verdadeiro papel econômico. Não se trata, como propõe Gaspar Koenig, como um

<sup>6</sup> Confédération Générale du Travail, sindicato de esquerda, hegemonizado pelo Partido Comunista Francês (PCF).

<sup>7</sup> GAFAM é o acrônimo de gigantes da web, Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft, que são cinco grandes empresas dos EUA, nascidas nos últimos anos do século XX ou início do século XXI, que dominam o mercado digital.



verdadeiro liberal, de recompensar o valor individual dos dados pessoais, que cada ator possuiria e dos quais poderia obter uma renda vendendo-os no mercado, mas da contribuição de milhares de cliques e sua tradução em *emojis*, graças ao seu rastreamento digital pela AI, à combinação que aumenta em dez vezes a eficiência da alocação de recursos.

As galinhas têm medo de sair do galinheiro e das raposas porque aos poucos vão perdendo as asas que lhes permitem fazer ninhos nos galhos altos das árvores. Eles são mais como a cabra do Sr. Seguin<sup>8</sup> que sempre encontrou a grama perto ou longe nas montanhas sempre mais verde do que tinha.

O usuário médio da Internet, uma abelha com pernas douradas – porque carrega mesmo pólen valioso em suas patas – vê sua capacidade de conversar e colaborar com outras pessoas multiplicada em uma escala sem precedente. Seu sentimento de liberdade está completamente ligado a um aumento em seu poder de ação. Mais do que ao exercício do poder sobre os outros (se lembrarmos que Michel Foucault definiu o poder como o fato de fazer alguém fazer algo), que constitui o principal veículo de ascensão hierárquica do assalariado moderno.

E toda a inteligência ligeiramente perversa das GAFAMs consiste em seduzir esse desejo de liberdade, em domesticá-lo "sem seu consentimento". Suas patas douradas carregadas de pólen (vestígios dos seus percursos nas redes) trabalham para os outros e em particular as GAFAMs que monopolizam parte do pólen que transporta.

Então o que essa liberdade do *nerd* viciado tem em comum com o fenômeno que intriga e irrita os gerentes ou capatazes? O que tem em comum a proverbial instabilidade do trabalhador diurno ou agricultor sazonal (pago por tarefas) que não quer ficar o ano inteiro, a do trabalhador nômade americano (Hobo)<sup>9</sup> do início do século XX que segue as ferrovias americanas para se deslocar em grandes territórios, ou a do intermitente do espetáculo que muda de patrão e não quer "envelhecer com ele" por nada no mundo? Durante a transição do trabalho por tarefas (o salário por peças) ao salário horário, depois para o salário mensal, uma proporção significativa de trabalhadores foi muito relutante a aceitá-la, pois a possibilidade de deixar o trabalho quando se queria era considerada como uma liberdade fundamental, se não mesmo *a* liberdade.

---

<sup>8</sup> Referência ao conto *La chèvre* de M. Seguin, de Alphonse Daudet sobre a cabra que prefere a liberdade e seus riscos à segurança tediosa.

<sup>9</sup> Sobre trabalhadores itinerantes nos Estados Unidos dos séculos XIX e XX, ver <https://fr.wikipedia.org/wiki/Hobo>

Sem dúvida, o desejo de autonomia (não depender diretamente de outros, mesmo que isso tenha consequências cruéis sobre a igualdade, como conta a fábula do cão gordo e do lobo faminto<sup>10</sup>) é a força motriz. Não é o trabalho duro ou a tortura (*tripalium*) que repele, mas sua coleira de subordinação. Este sentimento de autonomia não proporciona necessariamente o orgulho de um trabalho bem-feito, a realização *no e através* do trabalho, a identidade no trabalho que a sociologia industrial vem pregando. Ele proporciona uma sensação muito diferente, a de uma potência que se choca constantemente com o poder que quer domesticá-lo, fixá-lo, prendê-lo, amarrá-lo.

### **Decolonizar para permitir que todos possam polinizar!**

Esta é provavelmente a razão pela qual a liberdade como um sentimento de potência ilimitada não se mistura ou combina bem com o poder, com qualquer forma de poder. Ela corresponde à juventude da vontade, a uma eternidade instantânea e não à sabedoria da imortalidade. A uma contínua travessia do limite, a uma necessidade não de transcendência externa a si mesmo, mas de superar-se a si mesmo sem contar o custo.

São estas as fontes que apelam os jogos, os esportes, mas também a atividade artística e o engenho técnico. Este *potlatch* de despesas (Georges Bataille) excede e transgride a troca de equivalência. Não é o gasto de energia antrópica que tende inexoravelmente à exaustão, como no esquema digno do segundo princípio de Carnot sobre o consumo de força de trabalho.

O gasto celebrado no exercício da potência da liberdade é aqui negentrópico; ele aumenta a potência de agir. Neste sentido, é uma paixão alegre (no sentido do afeto de um sujeito).

O dispositivo técnico é parte do mesmo princípio. Ele facilita a liberdade. É um facilitador, uma prótese de movimento que se liberta dos limites do ciclo anterior. Os agenciamentos digitais do virtual amplificam a imaginação, projetando o corpo onde ele queria ir mas não podia, por causa dos limites da gravidade, da distância no espaço e da velocidade de enunciação e cálculo. A navegação na web é comparável ao voo de Ícaro, exceto que suas asas não derretem.

Nenhum motor de busca, nenhuma rede social teria ganho tal audiência ou exercido tal fascínio se não encontrasse este obscuro objeto do desejo de liberdade e não

---

<sup>10</sup> Quinta fábula do Livro I das Fábulas de La Fontaine. O autor apresenta duas condições: a insegurança ligada à liberdade e o conforto ligado à servidão.





lhe oferecesse um espaço de implementação. Este é um aspecto que a crítica da Escola de Frankfurt sobre o funcionamento passivo do consumo, especialmente Herbert Marcuse, não pôde levar em conta em seu tempo. Criticar a subjugação cuidadosamente escondida que praticam os novos senhores das tecnologias digitais sem levar em conta o apelo desses "novos espaços de liberdade" não é eficaz.

O mesmo aconteceu quando os liberais do século XVIII descobriram o aspecto pacificador da emulação pelo mercado (a "doçura do comércio"). A emergência do mercado que eles defenderam e conseguiram muito antes do triunfo da grande indústria e da face suja de carvão da revolução industrial, deve seu vigor em grande parte à marcha pela liberdade dos escravos nas colônias e do Terceiro Estado nas metrópoles.

A dinâmica extravagante das comunicações, do digital, do domínio do complexo em uma época que deixou o paradigma do grande relógio mecânico para o dos seres vivos e seu mimetismo, se alavanca por sua vez no ímpeto da libertação do trabalho dependente.

O trabalho de Penelope foi retomado. A reconquista sistemática dos direitos dos trabalhadores dependentes do digital no local de trabalho e em casa no trabalho remoto continuará, mas de que servirá se ao mesmo tempo essas antigas liberdades forem esvaziadas de muitas das garantias que elas ofereciam, pela intrusão do empregador na vida privada através de redes sociais e se o empregador dos empregadores e empregados (não mais o Estado, mas os motores de busca e plataformas de comunicação) detém as chaves para codificar e, portanto, decodificar conversas no WeChat, Snapschat e WhatsApp?

Um passo decisivo na busca da liberdade, que está sendo constantemente recolocada no tear, nos parece depender do questionamento dos limites atuais do trabalho e do emprego. Atualmente, uma atividade que não é remunerada no mercado ou pelas despesas públicas e que não tem o status de contrato de trabalho em seu sentido canônico (de duração indeterminada) ou em suas formas enfraquecidas (tempo parcial, prazo fixo, intermitente, estágio, destacamento, gestão etc.) é considerada inexistente. Ela não dá direito a nada. A abelha humana só é remunerada por produzir mel e vários tipos de cera comercializável. Quando poliniza, e ela poliniza quando está livre, não conta. Isso não conta como trabalho, nem como emprego.

Em uma época de urgência ecológica, de saúde global e comum do planeta e da humanidade, isto é sustentável? A escravidão no coração do trabalho não estaria nesse muro a ser derrubado?

Decolonizar a atividade humana do extrativismo catastrófico, do domínio do poder de poder fazer aos outros, da chantagem do emprego, por exemplo, criando as condições para uma garantia de renda universal, agora parece ser o caminho real para a liberdade. A escravidão nunca foi banida de vez do trabalhar para outrem. As GAFAMs, os novos senhores do mundo, começaram a colonizar toda a atividade humana, não apenas as populações ativas dotadas de um emprego. E a decolonização, cujas etapas envolvem o reconhecimento da utilidade social, produtiva e comum de todas as formas de polinização dos seres vivos, anda de mãos dadas com a descolonização da terra, com a libertação de todas as formas de dominação e abuso dos homens sobre as mulheres, dos "brancos" sobre os "não brancos", dos adultos e chefes de família sobre as crianças, das majorias sobre as minorias linguísticas, culturais, religiosas e sexuais.

Quem disse que o capítulo da conquista da liberdade tinha acabado?